

AGRONEGÓCIO, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A FRONTEIRA DA DESIGUALDADE EM BURITIS (MG)

Daniel Coelho de Oliveira

Prof. Departamento de Ciências Sociais, UNIMONTES
Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ
daniel.coelho@yahoo.com.br

Rômulo Soares Barbosa

Prof. Departamento de Ciências Sociais, UNIMONTES
Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ
romulosoaresbarbosa@gmail.com

RESUMO

Desde o período colonial a agricultura ocupou um importante papel na constituição da economia e na formação social da nação brasileira. A monografia buscou analisar através de uma revisão bibliográfica sobre a literatura especializada e uma pesquisa de dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação João Pinheiro (FJP) as relações existentes entre o processo de expansão do agronegócio durante a década de 1990 no Noroeste de Minas Gerais, e a produção de desigualdades sócio-econômicas naquela região, bem como os efeitos sócio-econômicos dele derivados, tendo como referencial empírico o município de Buritis (MG).

Palavras-chave: Agricultura, Desenvolvimento e Desigualdade.

AGRIBUSINESS, SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT AND BORDER OF INEQUALITY IN BURITIS (MG)

ABSTRACT

Since the colonial period, agriculture occupied an important role in building the economy and the social formation of the Brazilian nation. The monograph sought review by a literature review on the literature and a search of data produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and Joao Pinheiro Foundation (FJP) the relationship between the process of expansion of agribusiness during the decade of 1990 in the northwest of Minas Gerais, and the production of socio-economic inequalities in the region and the socio-economic effects derived from it, with the benchmark empirical the municipality Buritis (MG).

Keys-Words: Agriculture, Development and Inequality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar o processo de desenvolvimento do agronegócio no município de Buritis (MG), buscando compreender de que forma esse fenômeno se relaciona com a equidade de distribuição de riqueza no município e os efeitos sócio-econômicos daí derivados. Pretendemos identificar alterações impulsionadas pelo agronegócio na região estudada, no tocante a criação de oportunidades para a população desse espaço, bem como, suas potencialidades ou não de construção de cenários econômicos mais equitativos. Entende-se por agronegócio uma estrutura cuja suas raízes remontam ao período colonial, grande propriedade, monocultura, destino exportação. Termo que atualmente no Brasil se refere a uma associação entre o capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, associação que realiza a estratégia econômica do capital financeiro. (DELGADO, 2005).

Muito se escreve a respeito do setor agropecuário, mas pouco se conhece sobre sua organização e sua dinâmica endógena. E escassos são os estudos sobre a questão agropecuária na ótica do município, evidenciando a necessárias pesquisas que usem indicadores específicos, com sensibilidade para captarem suas várias dimensões

Recebido em 21/07/2008

Aprovado para publicação em 29/02/2009

socioeconômicas (FJP, 2002).

O interesse pela pesquisa no município de Buritis (MG), também se deve ao fato deste se encontrar numa região do Estado em que se destaca a produção agropecuária, local aonde a “grande lavoura” ou o agronegócio vem sendo consolidado como dinamizador do crescimento econômico regional. Durante a década de 1990 o município de Buritis (MG) passou por um período de alto dinamismo econômico, paralelamente ao intenso processo de concentração de riqueza. Fenômenos que foram impulsionados pela incrementação do agronegócio na região.

A escolha temporal de 1991 a 2000 se deve primeiramente por se tratar de um período recente e amplo, com boa disponibilidade de dados, por meio do qual será possível a observação do comportamento de algumas variáveis. Além das intensas transformações econômicas ocorridas neste curto espaço de tempo.

Os procedimentos metodológicos compreenderam no emprego de informações secundárias, articuladas com uma revisão da teoria da modernização conservadora do campo, sendo esta, o suporte teórico para o desenvolvimento das análises. Ou seja pretende-se, por meio de uma revisão bibliográfica a partir da leitura clássica da questão agrária no Brasil e do debate contemporâneo da ‘modernização conservadora’ no setor agrário brasileiro, estudar a dinâmica agrícola e seus efeitos sociais e econômicos da região Noroeste de Minas Gerais, tendo como referencial empírico o município de Buritis (MG).

Para a observação do comportamento dos dados secundários, serão utilizadas quatro fontes principais: a primeira é o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, projeto realizado por uma parceria entre o IBGE, a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Atlas possibilita analisar diversas informações demográficas, sociais e econômicas dos censos de 1991 e 2000 do IBGE. A segunda fonte é o censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE, que contém as informações básicas necessárias para os cálculos dos indicadores estruturais previamente selecionados. A terceira é o conjunto de dados referentes a uma série de informações estatísticas da Fundação João Pinheiro: Anuário Estatístico de Minas Gerais, Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais e o retrato da População Economicamente Ativa (PEA), organizados pelo Centro de Estatística e Informações (CEI) da mesma fundação.

Estruturamos o artigo em três momentos. A primeira parte inicia-se com o debate sobre a formação do Brasil colonial, a constituição de uma estrutura agrícola denominada por Prado Jr. (1986) de “Grande Lavoura”. Estrutura que se transformou ao longo dos anos, devido mudanças de ordem técnica, financeira e administrativa que provocaram na agricultura fenômenos como a “Revolução Verde” e a formação do Complexo Agroindustrial (CAI). Já no segundo momento, será abordado o caso do município de Buritis (MG). Começaremos pela história da formação da pequena cidade no vale do rio Urucuia, posteriormente será apresentado um conjunto de dados sobre crescimento econômico, concentração de renda e estrutura fundiária. Informações que auxiliarão para uma melhor elucidação da hipótese. Após a revisão conceitual e a apresentação de informações econômicas e sociais sobre Buritis (MG), serão levantadas algumas considerações finais.

Da Grande Lavoura à Modernização Conservadora da Agricultura.

A implantação da “grande lavoura”: monocultora, escravocrata, agro-exportadora, baseada na grande propriedade, são estruturas herdadas do passado colonial e presente na contemporaneidade, que segundo Prado Jr. (1986) foi o nervo econômico da civilização colonial, responsável pela ocupação do território, influenciou a disposição das classes sociais, determinou as formações sociais, culturais e econômicas do Brasil. Esse sistema de exploração adaptou-se a inúmeras transformações, sem perder suas características principais: concentrador, excludente e elitista.

O surgimento do regime republicano², em sua essência não trouxe grandes mudanças para a ordem agrária, conserva em certa medida a estrutura colonial de privilégios direcionados e poder às oligarquias regionais. Contudo, os avanços técnicos impulsionados pela Primeira

² Período republicano compreendido entre os anos 1889 a 1930, foi controlado principalmente por oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, predominantemente ligadas à cafeicultura.

Guerra e a crise de 1929, influenciaram de forma decisiva os rumos políticos e econômicos do Brasil. Acontecimentos que são base para uma aliança de inspiração centralizadora, desenvolvimentista e antioligárquica. Martins (1999) ressalta que a revolução de 30 marca o pacto entre militares e oligarquias rurais marginalizadas desprestigiadas na república velha, já para LINHARES & SILVA (1999), esse acontecimento revela o fim do pacto de exclusividade entre o Estado e as oligarquias rurais. Inicia-se assim um período de transformações na base técnica, administrativa e financeira da agricultura, que ganha impulso nos anos 50 e consolida-se em meados da década 60.

Tais transformações representam uma revolução do mundo rural que envolve interesses nacionais e internacionais, disputas e alianças entre burguesia urbana e oligarquias rurais, entre o capital e a agricultura. Revolução que ao mesmo tempo em que transforma profundamente algumas estruturas no campo, conserva características da grande lavoura colonial, como a propriedade fundiária concentrada, e a monocultura voltada pra o mercado externo. Acontecimentos que fazem parte de um curto período de uma história cíclica, lenta e inacabada (Martins, 1999).

A revolução agrícola se expandiu por fronteiras antes não exploradas. Segundo Graziano da Silva (1998) a fronteira é condicionante e resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, regulador da intensificação do capital no campo, condicionando o desenvolvimento intensivo/extensivo da agricultura.

A fronteira pode ter dentre outras funções: ser uma “válvula de escape” de tensões sociais no campo, na medida em que aparecem tensões, conflitos, pressões políticas a fronteira surge como “novo eldorado”. Neste cenário dissemina-se um discurso que a exploração da agricultura moderna poderia levar desenvolvimento aos rincões do enorme território brasileiro. Acabar com a fome, gerar empregos e renda são argumentos em defesa desta proposta de agricultura.

A legitimação social, a sensibilização dos setores governamentais é essencial para o sucesso de um discurso alicerçado no ideal de superação do atraso, que possibilitaria surgimento no campo de um setor tão “avançado” tanto quanto o industrial. O contexto possibilita o aparecimento de um novo homem do campo, o empresário rural, homem que cuida dos negócios da agricultura. Personagem que se insere em uma nova categoria, “o agronegócio”. Construída nos anos 90 a categoria nasce com ideal de modernidade, procura agrupar diversos atores, novos e velhos sujeitos políticos, empresários e grandes proprietários (Bruno, 1997), mas que em sua essência a nova estrutura perpetua o modelo de agricultura denominado por Prado Jr. (1986) de “grande lavoura”, grandes propriedades monocultoras, superexploração da força de trabalho, em alguns casos trabalhos análogos à escravidão e produção voltada para o mercado externo. Ou seja, o agronegócio atual tem raízes que remontam ao passado colonial, que embora transformado em sua dimensão tecnológica, conserva suas faces estruturais.

Após definirmos esses pontos básicos, abordaremos a modernização conservadora na agricultura brasileira, como a “revolução verde” e a constituição do Complexo Agroindustrial (CAI), transformaram e ao mesmo tempo conservaram certas estruturas na agricultura brasileira.

Modernização Conservadora da Agricultura no Brasil

O advento da revolução industrial e os avanços que essa acarretou, possibilitou inúmeras mudanças em diversas áreas da agricultura, se soma a isso o aumento da demanda por matérias-primas e alimentos para uma população crescente. As transformações provocaram em meados do século XIX, o que foi chamado de primeira Revolução Agrícola. “(...) *uma série de descobertas científicas e de avanços tecnológicos, com os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, possibilitaram o progressivo distanciamento da produção animal da produção vegetal...*” (EHLERS, 1996, p. 18).

O contínuo processo de modernização, resultou na chamada Segunda Revolução Agrícola, no início do século XX, e somado esse avanço, ao progresso técnico de duas Grandes Guerras Mundiais se tem entre as décadas de 60 e 70 a chamada Revolução Verde.

O Brasil, segundo Moreira (2000), aderiu aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde

impulsionados, principalmente, por subsídios de créditos agrícolas do Estado, que procurava estimular a grande produção agrícola, nas esferas agroindustriais: empresas de maquinários, de insumos industriais para uso agrícola, tratores, herbicidas e fertilizantes químicos. O modelo de transformação impulsionado pela revolução verde intensificou-se no período desenvolvimentista do “milagre econômico”.

O tipo de industrialização pode ser caracterizado pela mecanização e pela quimificação. Em face do pacote tecnológico de origem norte-americana aplicado em vários países do mundo no pós-guerra - pacote que combinava elementos mecânicos, químicos e sementes melhoradas, juntamente com uma larga e intensiva rede de serviços técnicos... (MÜLLER, 1988, p.182).

No Brasil o pacote de revolução verde foi difundido por intermédio de universidades que tinham um vínculo estreito com o sistema de educação e pesquisa dos Estados Unidos, o processo de intercâmbio foi financiado por instituições internacionais como a fundação Rockefeller e Ford, além do Governo brasileiro. A ajuda do Estado ao processo de modernização da agricultura não se limitou ao incentivo à troca de informações, constituiu-se instrumento de intervenção direto, como as leis e programas de subsídio.

O conjunto de medidas que em sua concepção pretendiam impulsionar o desenvolvimento econômico, através da implementação de uma nova forma de produzir na agricultura, conservou uma estrutura agrária concentrada. Apoiada na justificativa que a grande propriedade é a mais adequada para incorporar o processo de modernização.

As inúmeras medidas governamentais voltadas à transformação do campo brasileiro, desde incentivos fiscais às exportações à política de crédito subsidiado, o capital financeiro disponibilizado pelo Estado, não estabelece nenhuma medida de divisão eqüitativa entre os setores do rural brasileiro. Os grandes agricultores foram nitidamente beneficiados em detrimento da grande parcela de pequenos agricultores. As políticas de modernização agrícolas promoveram fortes subsídios à utilização de fertilizantes e defensivos, bem como a mecanização permitiu uma maior lucratividade das “culturas modernas”: café, soja, trigo entre outras (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Industrialização e Formação dos Complexos Agroindustriais

A década de 50 do século XX é marcada pela contínua incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, necessitava-se de grandes transformações na estrutura de transportes, comunicação e comércio dos produtos agrícolas. “Em poucas palavras, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada”. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.43).

Segundo Muller (1998) o processo que iniciou nos anos 50 e configurou nas décadas seguintes, criou uma parceria entre o capital nacional da elite econômica, capital internacional e o Estado, essa “Tríplice Aliança” responsável pela expansão do capitalismo oligopólico no campo. Essas alterações impulsionadas pelo processo de acumulação capitalista foram sentidas nas atividades tradicionais do mundo rural, fenômeno que desencadeia várias implicações sociais, uma delas é a expropriação do campesinato, não apenas dos seus meios de produção, mas também da relação com o seu meio, do seu “saber fazer”. (LEITE & PALMEIRA, 1998).

A transformação na base técnica da agricultura e constituição do CAI são processos distintos, O primeiro é propriamente a transformação nos meios de produção da agricultura, fatores impulsionados pela “revolução verde”. O segundo, caracterizado principalmente pela implantação no Brasil de um setor industrial responsável pela fabricação de bens de produção³ para a agricultura, constituído no final dos anos 60. Sua estruturação possibilitou a constituição de um mercado nacional de produtos industrializados de origem agropecuária, onde parte

³ Os bens de produção ou de capital são destinados à produção de bens de consumo e também podem ser empregados em bens indiretos. Os bens de produção ou de capital são direcionados para a indústria a qual deve transformar esses bens, exemplo: a montadora de tratores recebe a matéria prima, a qual é industrializado (Transformado).

destes produtos era destinada à exportação e o restante era produzido para a crescente demanda do mercado interno. A consolidação dos CAI articula novos interesses sociais ligados a setores modernizantes em um bloco que envolve, grande capital industrial, grandes e médios proprietários rurais e o Estado responsável pela “soldagem” deste pacto através de suas diversas políticas econômicas. (DELGADO, 1985).

O Estado exerceu um papel preponderante na modernização da agricultura. Na esfera normativa o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 instituiu os direitos trabalhistas e sociais aos trabalhadores rurais. No ano seguinte, o Estatuto da Terra estabeleceu o princípio da reforma agrária, ao mesmo tempo em que estruturou as condições para consolidação de empreendimentos capitalistas no campo.

Nas políticas fiscais e financeiras a interferência do Estado. “...compreende um conjunto amplo de mecanismos monetário-financeiros e de incentivos fiscais, que estimulam, compensam e financiam a aplicação de capitais privados nas atividades rurais.” (DELGADO, 1985, p.45). Faz parte deste conjunto o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que universalizou e expandiu o crédito antes limitado a setores específicos (Institutos do café e do álcool e açúcar). O novo sistema contribuiu através de taxas de juros subsidiadas, prazos extensos, e longas carências para pagamento.

Delgado (1985) observa que os traços da modernização conservadora são mais evidentes nas chamadas fronteiras agrícolas, nestas regiões notam-se processos modernizantes impulsionados pelo Estado e uma base de interesses oligárquicos locais. Uma aliança política conservadora expressa principalmente pela grande propriedade rural.

Mas, por outro lado, a experiência desses últimos vinte anos revelou à sociedade que o estilo de industrialização liberal, respaldado no autoritarismo político que não admitiu debate algum sobre fins alternativos a uma modernização desejada por muitos, não funcionou indutivamente para os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, uma vez que não os incorporou à modernização, chegando até a aumentar a pobreza. Não admitir isso seria elidir a realidade parcial, majoritária porém, criada pela constituição do setor dinâmico da agricultura. (MÜLLER, 1998, p.181).

A expansão capitalista no campo faz parte de um processo maior de expansão do capital de revolução das relações de produção neste setor, entretanto estas relações não alteram por inteiro, o capital não realizou uma expropriação completa, “... agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais”. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.33).

Transformações aconteceram na agricultura, a partir do final da década de 60, mudanças que não significam a superação do aspecto conservador e elitista da agricultura no Brasil. Velho (1979) ao parafrasear o historiador Eric Hobsbawm diz que ao contrário do caso inglês que no seu tradicionalismo procura afixar “velhos rótulos” em “novas garrafas”, na história brasileira procura-se colocar “novos rótulos” em “velhas garrafas”, ou seja a presença do “moderno” não significa uma negação do “arcaico”, ao contrário os novos atores do cenário agrícola, aproximaram dos velhos parceiros. Uma aproximação do antigo “agro” aos “negócios” do capitalismo.

Procuramos até aqui realizar a tarefa de pensar a estruturação da Grande Lavoura colonial e sua modernização conservadora, processo ocorrido ao longo de cinco séculos de transformações da agricultura no Brasil. Período histórico de contradições, onde reformas sociais como a Abolição da Escravidão o Estatuto da Terra de 1964 foram encaminhadas por setores conservadores. Acontecimentos que a princípio iriam contra os interesses destas das classes que o conduziram.

No entanto, mesmo as decisões políticas importantes, aparentemente revolucionárias, foram ineficazes ou houve indisposição na sua aplicabilidade. Devido principalmente a uma aliança entre o “capital” e “a propriedade da terra” que no Brasil ganhou aspectos conservadores, abafando a atuação de movimentos sociais, deslegitimando suas idéias, e sufocando seu impulso transformador. (MARTINS, 1999).

A promoção de formas mais eqüitativas de desenvolvimento no Brasil, em especial no campo, depende da ruptura de pactos e estruturas que remontam o período colonial, do encaminhamento de reformas que vão além da superficialidade dos discursos políticos.

Após apresentar a discussão teórica da formação e desenvolvimento de um modelo de agricultura no Brasil que se inicia com a monocultura, escravocrata, de grande propriedade voltada para o mercado externo que Prado Jr. (1986) chama de “grande lavoura”. E do debate mais recente sobre “revolução verde”, integração indústria agricultura e expansão da fronteira agrícola. Passaremos agora para análise mais restrita do município de Buritis (MG).

Para situar nosso objeto de pesquisa faremos um breve histórico sobre o município de Buritis (MG) e apresentaremos um conjunto de dados sobre o mesmo, por meio dos quais discutiremos o crescimento econômico, utilizando a variável Renda per Capita, e o processo de concentração de riqueza através de outros índices. Buscaremos relacionar, em primeiro lugar: o crescimento econômico e concentração de renda ao desenvolvimento do agronegócio no município, posteriormente as conseqüências no que diz respeito à concentração fundiária e geração de empregos.

O Agronegócio e o município de Buritis (MG)

O município de Buritis (MG) emancipado no ano de 1962 situa-se na mesoregião Noroeste de Minas Gerais, com uma área de 5238,1 Km², á 534,7 km da capital Belo Horizonte e sua sede esta a 538 m do nível do mar, clima classificado como Tropical de Altitude, com temperaturas variando entre 20° e 24° C e estações chuvosas bem definidas. De acordo com dados do IBGE (2000) em 1991 a população total do município era de 18.417 habitantes e no ano de 2000, passou para 20.396, estando 68,0% desta na zona urbana (em 1991 era de 57,5%); sendo que sua taxa de urbanização cresceu 18,3% na última década, a taxa média de crescimento anual foi de 1,2%. E densidade populacional de 3,9 hab/km² (FJP, 2002).

A região onde se localiza o município de Buritis (MG)⁴, foi povoada a partir do século XVIII, os primeiros moradores chegaram por volta de 1739. Neste período alguns Bandeirantes passaram pelo vale do rio Urucuia⁵, destaca-se a presença de Laurenço Castanho Táquis, que passou pela região em 1670 e José Rodrigues Fróis em 1734. Em 1739 Francisco Alves Carvalho recebe uma sesmaria no sertão urucuiano, dez anos depois outra sesmaria é cedida a João Ferreira Sarmento (BARBOSA, 1971).

Buritis (MG) eram dominados por “capitães” e “coronéis”, proprietários de grandes extensões de terras, latifúndios de criação de gado. Marca que caracterizou as relações políticas, econômicas e sociais de toda região (DURÃES, 1996).

Já o comércio na região era modesto, muitos produtos utilizados na região como balaios, gamelas, aguardente, eram produzidos pelos próprios moradores, os demais produtos necessários eram transportados pelo rio São Francisco geralmente vindos das cidades nordestinas de Juazeiro e Petrolina, chegavam a Buritis (MG) através do rio Urucuia, que deságua no São Francisco próximo ao município de São Romão (DURÃES, 1996).

Do século XIX até meados dos anos 1970 pouco se mudou no cenário econômico de Buritis (MG). Somente após este período que se iniciou a diversificação da produção agrícola municipal, as áreas de cerrado começaram a ser exploradas intensivamente, por meio da utilização de modernas formas de produção, da inserção de tratores, colheitadeiras, e maquinários em geral, de adubos e defensivos que permitia alta produtividade em terras antes tidas como “estéreis”. O processo se consolidou nos anos 80 através de incentivos governamentais, e expande ainda mais na década seguinte.

Buritis (MG) na Década de 1990

Começaremos a apresentação dos dados relativos à renda por ser esta uma importante variável para análise do processo de estratificação social, através dela podemos perceber importantes alterações econômicas. Segundo Hoffmann (1998), uma das características estruturais da economia brasileira deriva da desigualdade associada à renda, fator que também condiciona o desenvolvimento social e político do país. Portanto, pretendemos entender aqui o

⁴ Somente a partir de 1911 que o município de Buritis recebeu esta grafia. Os primeiros moradores chamavam o lugar de Buriti, no singular. Na concessão da sesmaria a Francisco Álvares de Carvalho, o nome citado era Sítio do Borati. Já a sesmaria de João Pereira Sarmento o nome mencionado era de Riacho Borati (Magalhães, 1981).

⁵ O rio Urucuia afluente do rio São Francisco tem sua nascente no município de Buritis e possui 461,8 km de extensão (FJP, 2004).

comportamento da renda no que diz respeito ao desenvolvimento de Buritis (MG) na década de 1990 e sua relação com o crescimento do agronegócio na região.

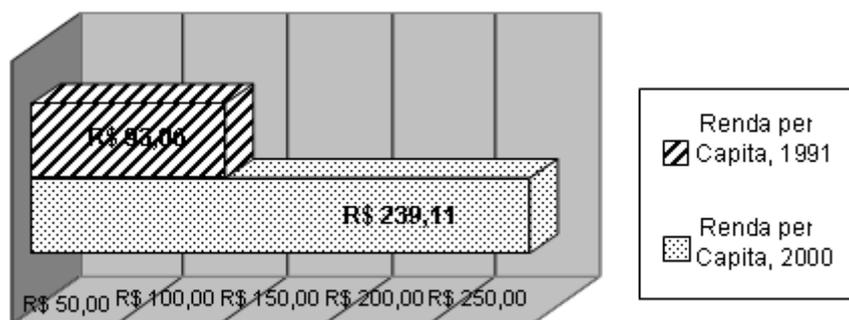


GRÁFICO 1 - Renda per Capita mensal em Buritis (MG), 1991/2000.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

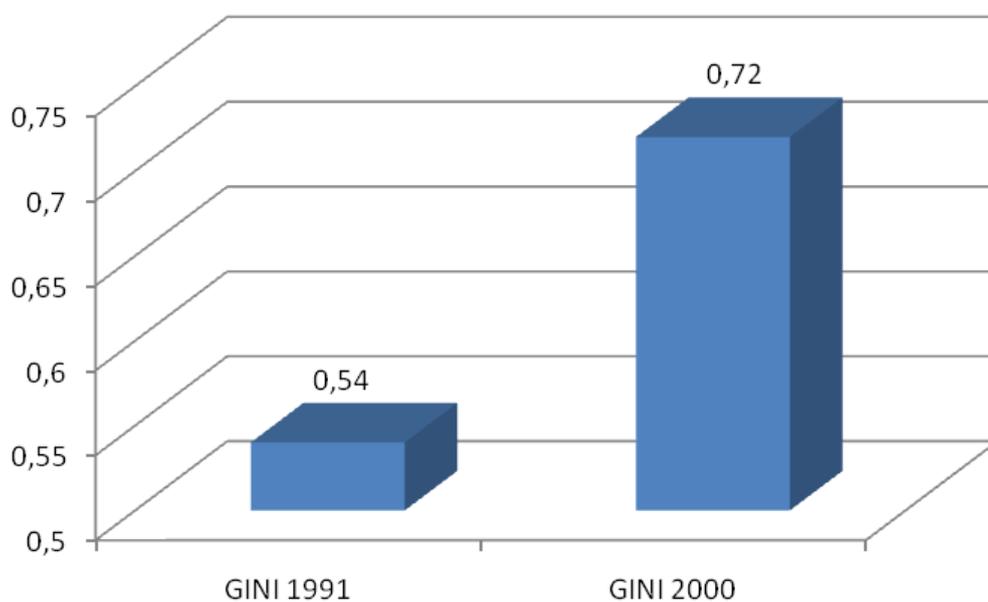


Gráfico 2 - Índice Gini Renda de Buritis (MG), 1991/2000.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

Tabela 5

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, Buritis (MG) 1991/2000.

	1991	2000
20% mais pobres	3,8	1,1
40% mais pobres	11,4	5,1
60% mais pobres	23,2	12,3
80% mais pobres	41,3	24,5
20% mais ricos	58,8	75,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

Os dados do Gráfico 1 indicam um aumento considerável da renda: de R\$ 93,06 mensais em 1991, para R\$ 239,11 em 2000 um crescimento superior á 156% em uma década. Apesar do crescimento da renda municipal, a desigualdade cresceu. As altas taxas de crescimento da Renda *per Capita* encobrem o caráter distributivo da renda, por isso é necessário utilizar índices que permitem verificar a estrutura de distribuição desta no município. O primeiro índice utilizado é o Gini Renda, por meio dele verificamos que Buritis (MG) em 1991, apresentava o valor de 0,51, 403º cidade mais desigual de Minas Gerais (Anexo B, p.51)

Após dez anos o valor era de 0,72 o que coloca a cidade como a segunda mais desigual do Estado (FJP, 2002). Outra importante medida que permite mensurar a desigualdade de renda é a proporção apropriada por grupos da população. A tabela 2 confirma o intenso processo de concentração de renda ocorrido na década de 1990. Em Buritis (MG) os 20% mais pobres tiveram uma redução em sua renda de 3,8% para 1,1%. Já os 20% mais ricos concentravam 58,75% da renda em 1991, em 2000 esse grupo apropriou 75,51% restando menos de um quarto da renda para os 80% mais pobres.

Agronegócio e a Economia de Buritis (MG)

A produção agrícola sempre teve um papel importante na economia de Buritis (MG), desde a constituição das grandes fazendas de criação de gado e agricultura de subsistência. Contudo, foi a partir dos incentivos de projetos como o POLOCENTRO e o PRODECER, que a agricultura passou de uma atividade de subsistência e venda do excedente, para uma atividade comercial altamente lucrativa, dinâmica e integrada à economia nacional.

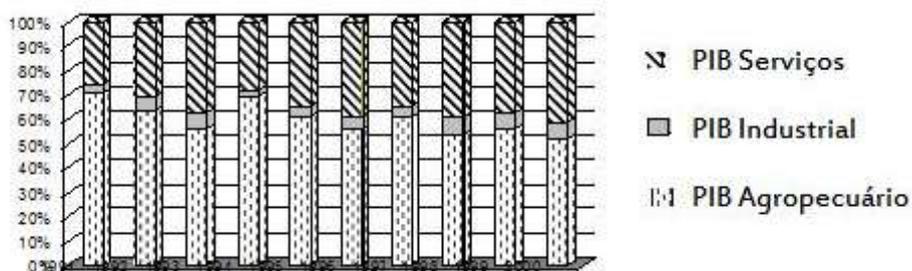


Gráfico 3 - Participação dos setores da economia no PIB de Buritis (MG), 1991-2000.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informações (CEI).

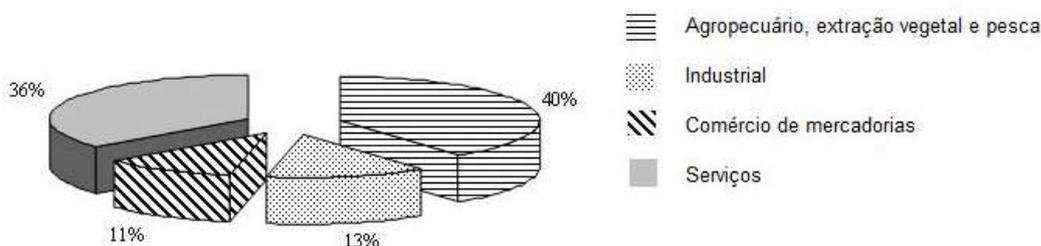


Gráfico 4- População ocupada por setores da economia de Buritis (MG), 2000.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informações (CEI).

O gráfico 3 apresenta a participação dos setores da econômica no PIB municipal, o setor industrial tem uma pequena participação ao longo da década, mostrando sua inexpressividade na economia do município, outras duas informações são importantes; a primeira o crescimento do setor de serviços ao longo da década, chegando ao ano 2000 com quase 40% do PIB, a

segunda é a importância do setor agropecuário, que mesmo reduzindo sua participação ainda correspondia a mais de 50% do PIB em 2000. O gráfico 4 comprova as informações anteriores de que o setor de serviços responde por boa parte dos empregos gerados 36%, mas o setor que mais emprega no município é o agropecuário com 40%. Demonstrar que houve crescimento econômico e que este está associado ao setor agrícola é o primeiro passo deste trabalho, é necessário entender, agora, características endógenas deste processo, uma delas relacionada à estrutura de distribuição de terras no município.

A estrutura fundiária foi um entrave para o pleno desenvolvimento agrícola brasileiro, conforme Delgado (1985) ela representa o caráter conservador da modernização da agricultura brasileira. Algo entre a preocupação de eficiência e produtividade da “revolução verde” conciliada com a estrutura fundiária oligárquica do período colonial.

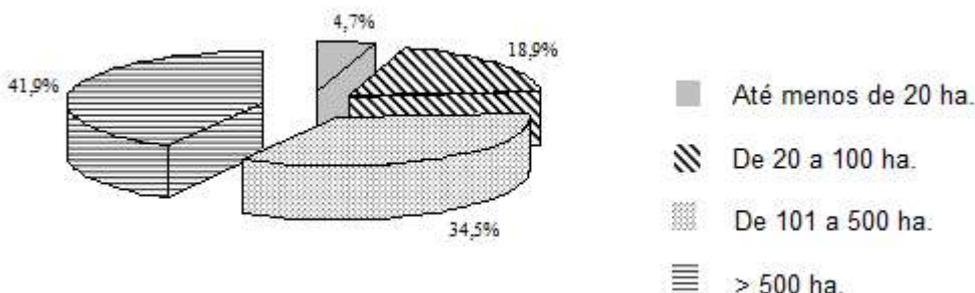


GRÁFICO 5 - Estabelecimento por área total ocupada, Minas Gerais -1995/1996.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1995/1996

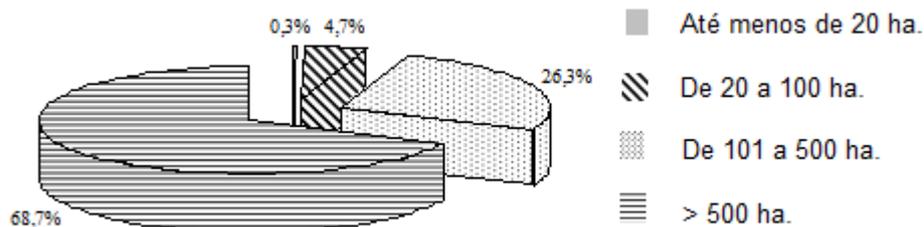


GRÁFICO 6 - Estabelecimento por área total ocupada, Buritis (MG) 1995/1996.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

A grande expansão da agricultura em Buritis (MG), a partir dos projetos de ocupação e colonização induzidos pelo Estado, interferiu na estrutura fundiária regional. Conforme o Gráfico 5 os estabelecimentos⁶ de até 20 hectares em Minas Gerais ocupam 4,7% do território, enquanto 42% das terras da região são de produtores rurais com propriedades acima de 500

⁶ Geralmente no Brasil os estudos fundiários utilizam duas fontes de dados. A primeira são os “Imóveis Rurais” do INCRA, para fins de cadastro rural. Designa, um prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terras, pertencentes a um mesmo proprietário (proprietário e posseiros), que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial (INCRA, 1998). A segunda fonte são os dados do Censo Agropecuário do IBGE. Classifica-se como “Produtores Rurais” proprietários, ocupantes, arrendatários, e parceiros de um estabelecimento agropecuário, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária (IBGE, 1995/1996). Não utilizaremos neste trabalho os dados do INCRA, por serem dados declaratórios, para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural - ITR, podem portanto retratar um panorama distorcido da realidade fundiária estadual e regional.

hectares. Em Buritis (MG) observamos uma estrutura fundiária bem mais concentrada do que no nível estadual, o gráfico 6 demonstra que os estabelecimentos de mais de 500 hectares representam mais de 2/3 de todas as terras do município, enquanto as propriedades de até 20 hectares não chegam a 0,5% das terras. Observamos com estes dados o processo de concentração fundiária, formação de grandes propriedades característica da expansão da fronteira agrícola no Brasil, ocorre também município de Buritis (MG).

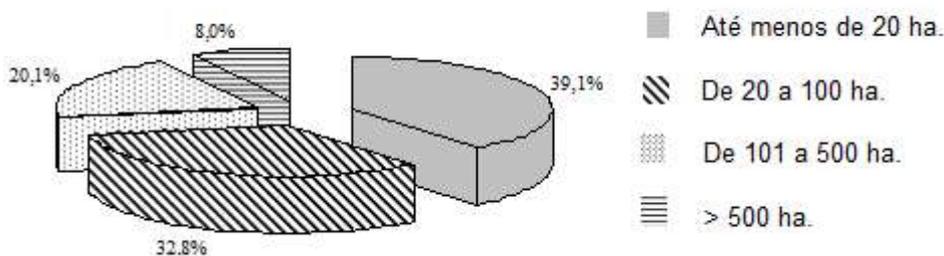


GRÁFICO 7 - Pessoal ocupado por grupos de área, Minas Gerais – 1995/1996.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1995/1996.

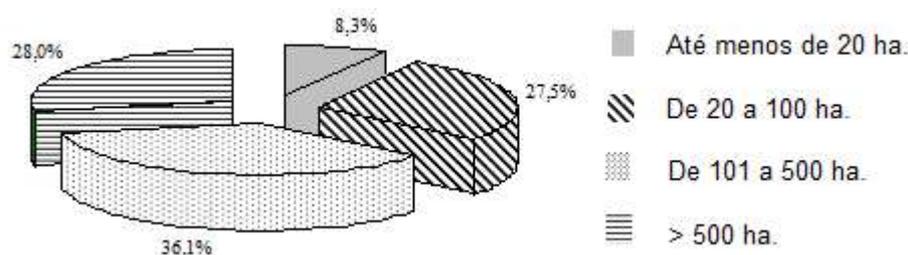


GRÁFICO 8 – Pessoal ocupado por grupos de área, Buritis (MG), 1995/1996.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1995/1996

Os gráficos 6 e 7 podem ser mais bem compreendidos se comparados com os gráficos anteriores relativos à concentração fundiária. Em Minas Gerais o grupo de estabelecimentos de até 20 hectares que ocupam apenas 4,7% do total de terras, emprega mais de 39% das pessoas que trabalham na agricultura. Em Buritis (MG) os inexpressivos 0,3% total de terras ocupadas por este mesmo grupo corresponde mais de 8% dos empregos na agricultura municipal. Em Buritis (MG) mais de 70% do pessoal ocupado na agricultura trabalha em estabelecimentos de até 500 hectares.

A insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento agrícola revela a necessidade de superação dos pressupostos da Revolução Verde e a emergência de novos paradigmas, de arcabouços teóricos e práticos que contemple uma diversidade de situações, além do econômico (PIRES, 1998). Ou seja, ao questionar o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, na cidade de Buritis (MG), queremos aproximar do argumento de Sachs (2004, p.13) “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (...) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos “. Na mesma perspectiva, Sen (2000) ressalta que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de ampliação de liberdades, através da potencialização das capacidades

humanas e geração de oportunidades sociais, tendo como finalidade a qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa sociedade construiu vários mitos, um deles é a idéia de desenvolvimento como sinônimo de progresso econômico e tecnológico, algo que deve ser alcançado a qualquer custo. Um pré-requisito para fazer parte do mundo “moderno”, marcado pela industrialização é a convicção de que o crescimento é ilimitado. Contudo existem fortes indícios do esgotamento do modelo de desenvolvimento atual, marcado pela exclusão social, precariedade das condições de vida da maior parte da população, bem como a destruição do meio ambiente (DUARTE, 1998).

Discutiu-se neste artigo que o desenvolvimento econômico ligado à agricultura brasileira que desde o período colonial ocupou um papel importante na constituição da economia e na formação social da nação, segundo Prado Jr. (1999) foi ela que norteou a ocupação do nosso território, e determinou uma importante parte das relações sociais de nossa sociedade.

Diferente do período colonial, a agricultura na segunda metade do século XIX passou por grandes progressos técnicos, e nas últimas décadas do século vivenciou a chamada, “revolução verde”, que inseriu na agricultura além de maquinários mais avançados, uma grande quantidade de fertilizantes e defensivos agrícolas. E nas últimas décadas o setor agropecuário brasileiro intensificou a modernização tecnológica e gerencial, avanço em pesquisas, bem como, influências do processo de abertura da economia nacional ao mercado internacional. Essas transformações não ocorreram de forma homogênea em todo o Brasil, alguns espaços foram privilegiados em detrimento de outro. Abordamos aqui a região dos cerrados, fronteira agrícola que passou por intensas transformações econômicas e sociais.

Incentivos governamentais, através de crédito fácil, isenção fiscal e uma implementação de uma infra-estrutura para produção agrícola, propiciou o surgimento de modelo de agricultura moderna do ponto de vista tecnológico e produtivo, integrada ao agronegócio, porém estruturada nos pilares que Prado Jr. (1999) denominou de “Grande Lavoura”: monocultora, de grande propriedade e agro-exportadora.

Agronegócio que vem sendo apontado pela mídia brasileira⁷ como a redenção do campo, tendo papel preponderante à geração de divisas para o país por intermédio das exportações, sobretudo, de grãos e carnes. Verifica-se a construção de uma visão sobre o setor patronal, monocultor e exportador da agricultura brasileira, como sendo a responsável pela criação de superávits primários na balança comercial, condição indispensável para a promoção do “espetáculo do crescimento”.

Entretanto, o que se observa é a consolidação de um setor agrário brasileiro que nasce nos engenhos e fazendas da “grande lavoura”, se moderniza conservando a estrutura fundiária concentrada, apoiando-se nas políticas estatais de financiamento por meio de crédito bancário e incentivos fiscais e que se revigora sobre o manto do denominado agronegócio.

No Noroeste do Estado de Minas Gerais, o município de Buritis (MG) vivenciou ao longo dos anos 1990 um intenso processo de desenvolvimento do agronegócio e conseqüentemente a elevação da renda municipal, entretanto no mesmo período a riqueza produzida ficou demasiadamente concentrada, colocando o município com o segundo com pior distribuição de renda do Estado. Ou seja, a agricultura na região altamente eficiente e competitiva propiciou o aumento da renda per capita do município, produzindo também concentração de riqueza e de oportunidades.

Acreditamos assim que se têm negligenciado uma leitura crítica de tal processo de revigoramento do agronegócio, em sua face economicamente concentradora, fomentadora de desigualdade de oportunidades sociais, e produtor de conseqüências ambientais irreparáveis, herdeiro de um pacto modernizante e conservador característico de séculos de formação nacional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo

⁷ Vide, por exemplo, reportagem de capa da revista *Veja* nº 39, intitulada “O avanço da Elite do Campo: Quem são e como vivem os brasileiros da fatia do país à prova de crise”.

Horizonte: Editora Saterb, 1971.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária na Era do Agronegócio, 1983-2003: ajuste externo, abertura política e domínio liberal. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY Jr. Osvaldo. **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

_____. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Globalização, Agricultura e Meio Ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; DUARTE, Laura Maria Goulart (orgs). **Tristes Cerrados- sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da terra, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: www.fjp.gov.br/atlas. Acesso: 19 de maio de 2005.

_____. **Centro de Estatística e Informações (CEI)**. Belo Horizonte. Disponível em: www.fjp.gov.br/cei. Acesso em 21 de março de 2005.

_____. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais- Municípios e Regiões**. Belo Horizonte: Ed. FJP, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estruturas agrárias, fronteiras agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1998.

HOBBSAWM, Eric J.. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.

HOFFMANN, Rodolfo. Prefácio. In: CORRÊA, Ângela Jorge. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 1995/1996**. Disponível em : www.sidra.gov.br. Acesso: 15 de outubro de 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Estatísticas consolidadas do cadastramento / 1992**, Brasília: INCRA, 1998.

LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAGALHÃES, Sônia. **Buritis (MG)**. Buritis: Prefeitura municipal de Buritis, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta** São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Roberto J.. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro , v.15, p. 39-52, 2000.

MÜLLER, G. **Ambivalência da modernização agrária**. São Paulo: Revista novos estudos - CEBRAP, nº21, 1998.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas." In: COSTA, L.F.; Santos, R. (org.) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

PIRES, Mauro Oliveira. A Trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição paradigmática. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs). **Tristes Cerrados- sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEJA. **O avanço da elite do campo**. São Paulo. Editora Abril, edição 1873, nº 39, setembro. 2004.